

Eixo Temático

2. Educação no Campo e Políticas Públicas

Título

**AVANÇOS E DESAFIOS NA GARANTIA DO DIREITO À
EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/ PA**

Autor(es)

Carlos Vieira Pimentel
Diuliane Costa Santos
Walbert Cardoso Pimentel

Instituição

Universidade Federal do PARÁ/ UFPA

E-mail

vieirapimentelc@yahoo.com
diuliane.santos17@gmail.com
walbertpimentelc@hotmail.com

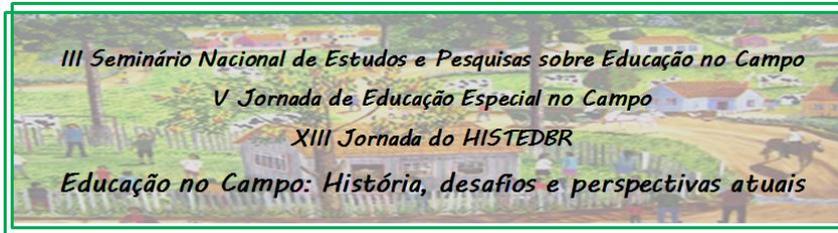
Palavras-chave

Educação do Campo; Políticas Públicas e Movimentos Sociais

Resumo

O presente trabalho foi desenvolvido com intuito de obtenção de conceito na disciplina Política e Legislação da Educação do Campo, que tem o objetivo de verificar como estar sendo desenvolvidas as políticas educacionais para o campo através da Secretaria Municipal de Educação do Município de Abaetetuba-PA (SEMEC), pela Coordenação de Educação do Campo. Dando ênfase as políticas a nível Federal, Estadual e Municipal, se estão havendo avanços ou retrocessos na educação do campo. No mesmo, priorizamos a luta pela valorização e uma melhor organização da educação do campo no município, levando em consideração que é indispensável que haja uma ampla parceria das Secretarias de Educação, a coordenação de Educação do Campo e os Movimentos Sociais, pautando a educação do campo como prioridade para o município.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Texto Completo

O presente artigo é fruto de um trabalho de pesquisa realizado na Disciplina Política e Legislação da Educação do Campo, ministrada pela Professora Mestranda Marinês de Maria Ribeiro Rodrigues, junto a SEMEC (Secretaria Municipal de Educação) do Município de Abaetetuba, departamento de Educação do Campo, com o objetivo de analisar como está sendo implementada a política de Educação do Campo no município de Abaetetuba/PA, para termos uma visão mais ampla do processo educacional desenvolvido pelo setor de Educação do Campo no município.

O processo metodológico foi desenvolvido, por meio de uma pesquisa de campo. Para a coleta dos dados utilizamos a entrevista semiestruturada, com as representantes da coordenação de Educação do Campo no Município: Maria Barbara de Costa Cardoso e Maria do Parto Ferreira Nogueira. A entrevista norteou-se por um roteiro elaborado em sala de aula pelos alunos da turma de educação do campo 2011, em parceria com a professora da disciplina, Marinês de Maria, utilizamos como recursos tecnológicos para a realização da entrevista, celulares para a gravação, sendo transcrita posteriormente. Ressaltamos que a entrevista foi realizada com as técnicas em virtude de ainda não ter sido nomeada um(a) coordenador(a) para atuar em 2015.

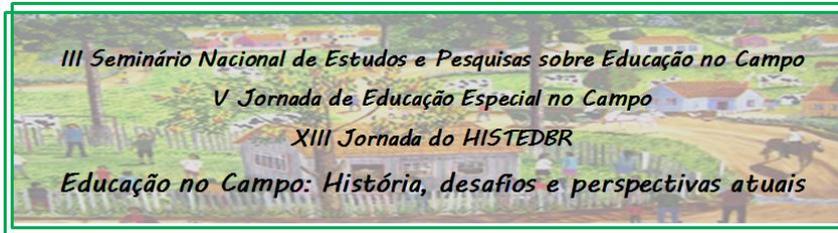
O trabalho está dividido em três partes: começando pela presente introdução, seguindo de mais dois capítulos:

No primeiro capítulo ressaltamos o contexto histórico da educação do campo e suas concepções no geral; 2) e com as considerações finais encerramos o texto.

A Aproximação do Tema: Política Educacional para o Campo

A concepção de uma educação a partir do campo e no campo foi formulada em um contexto de problematização de conceitos e ideias até então arraigados na sociedade brasileira, como tem sido o de educação rural. A concepção de Educação do Campo, em substituição à Educação Rural, entende campo e cidade enquanto duas partes de uma única sociedade, que dependem uma da outra e não podem ser tratadas de forma desigual.

A concepção de educação que historicamente pautou as iniciativas educacionais para o meio rural fundamenta-se, principalmente, na categorização



urbano/rural, na qual o espaço rural é definido, de acordo com critérios do IBGE, pela sua localização geográfica e a baixa densidade populacional; por um projeto de desenvolvimento centrado nas atividades urbanoindustriais, segundo o qual o campo tenderia ao desaparecimento, não sendo pertinente, portanto, o investimento em políticas estruturantes nesse espaço; pela concepção de rural enquanto espaço tipicamente de atividades agrícolas, priorizando o latifúndio.

Desde a década de 1930, no contexto dos debates sobre a universalização da escola pública (colocar o que vem acontecendo) No entanto, foi a partir da Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia (GO), em 1998, que esse movimento incorporou o conceito de Educação do Campo. Esse encontro defendeu o direito dos povos do campo às políticas públicas de educação com respeito às especificidades, em contraposição às políticas compensatórias da educação rural.

Essa Conferência foi o resultado de um longo processo de luta dos povos organizados do campo e trouxe a especificidade da Educação do Campo associada à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo, apontando ações para a escola e para a formação de educadores.

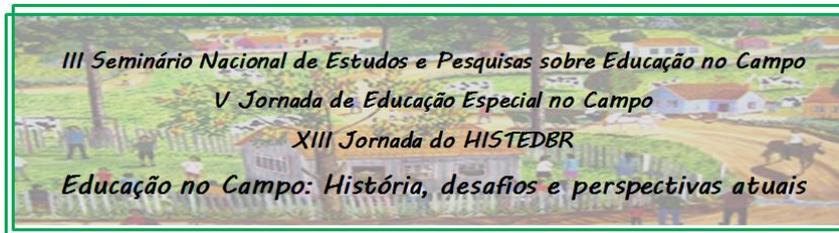
A Educação do Campo, defendida pela Conferência, tratou da luta popular pela ampliação do acesso, permanência e direito à escola pública de qualidade no campo – as pessoas têm o direito de estudar no lugar onde vivem (dos agricultores, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, pescadores, seringueiros etc.), incorporando distintos processos educativos no seu Projeto Político Pedagógico.

Essa concepção de Educação do Campo foi incorporada ao documento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, oriundas dos debates acumulados historicamente pelos movimentos sociais, pelas universidades, pelo governo e pelas ONG, entre outros grupos organizados que formaram a Articulação Nacional por uma Educação do Campo.

Nas Diretrizes, a identidade das escolas do campo é definida:

(...) pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Art.2º, parágrafo único CNE/CEB, 2002).

Na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, ocorrida em agosto de 2004, em Luziânia/GO definiu-se a ampliação de novos campos de luta para a Educação do Campo, sinalizando a consolidação de um projeto histórico de educação, conduzido e organizado pelos sujeitos sociais do campo. Recolocou-se o campo e a educação na agenda política do país, impulsionada pela luta pela democratização do acesso à terra e à educação escolar, como direito de todos e dever do Estado. Com isso, firma-se uma nova agenda política definida na Carta de Luziânia:

Defesa de um projeto de sociedade justa, democrática e igualitária; que contemple um projeto de desenvolvimento sustentável do campo, que se contraponha ao latifúndio e ao agronegócio.

Defesa de uma educação que ajude a fortalecer um projeto popular de agricultura, que valorize e transforme a agricultura familiar/camponesa e se integre na construção social de um outro projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país.

Defesa de uma educação para superar a oposição entre campo e cidade e a visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que o progresso de um país se mede pela diminuição da sua população rural.

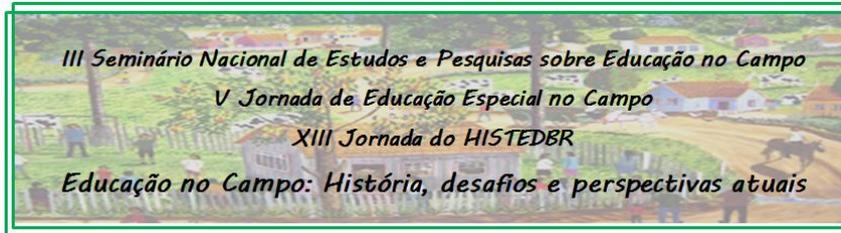
Defesa da mudança da forma arbitrária atual de classificação da população e dos municípios como urbanos ou rurais. Essa classificação transmite uma falsa visão do significado da população do campo em nosso país, e tem servido como justificativa para a ausência de políticas públicas destinadas a ela.

Defesa do campo como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, cuidado com o conjunto da natureza, e de novas relações solidárias que respeitem as especificidades sociais, étnicas, culturais e ambientais dos seus sujeitos.

Defesa de políticas públicas de educação articuladas ao conjunto de políticas que visem à garantia do conjunto dos direitos sociais e humanos do povo brasileiro que vive no e do campo. Políticas que efetivem o direito à educação para todos e todas e que este direito seja dever do Estado.

Construção de uma política específica para a formação dos profissionais da Educação do Campo.

Ainda na II Conferência, a Educação do Campo foi tratada como uma questão nacional que necessita de políticas públicas a fim de elevar a escolarização dos povos do



campo, a partir do diálogo entre os movimentos e as organizações sociais e sindicais, e as esferas federal, estadual e municipal.

Signatário da II Conferência o Ministério da Educação criou, em 2004, a Coordenação-Geral de Educação do Campo com a responsabilidade de elaborar e conduzir uma Política Nacional de Educação do Campo; institucionalizou o GPT – Grupo Permanente de Trabalho da Educação do Campo e incentivou a criação de Comitês/Fóruns e Coordenações Municipais e Estaduais de Educação do Campo.

Entre 2004 e 2005 foram realizados 25 Seminários Estaduais de Educação do Campo incentivados e apoiados pela SECAD/MEC. O principal objetivo foi a divulgação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Participaram desse momento histórico representantes dos sistemas municipais e estaduais, do MEC e de universidades.

Ao final de cada Seminário foram firmados compromissos por meio das “Cartas dos Estados”, entre esses, a indicação da criação de Comitês de Educação do Campo e de Coordenações de Educação do Campo nas Secretarias Estaduais de Educação.

Um dos principais objetivos dos Comitês é discutir a realidade (os problemas, as soluções, as experiências e as especificidades) e propor alternativas para a educação do campo pautada nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo.

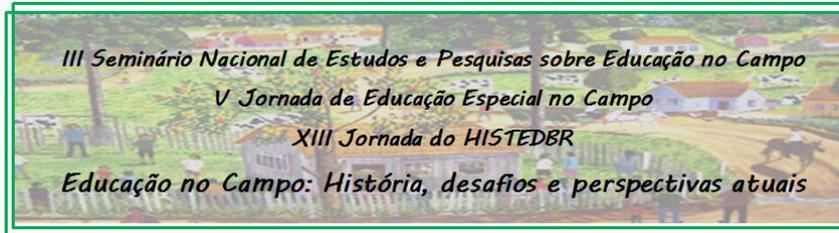
Foi à partir da formação do decreto que o acesso à educação básica e superior da educação do campo se oficializou. Foi assinado pelo presidente da república lula no final do ano de 2010, o qual tem como princípio basilar a ampliação do acesso das populações do campo a educação básica e superior.

Com a Palavra... A Coordenação Pedagógica de Educação do Campo do Município de Abaetetuba.

a) Quanto aos Princípios da Educação do Campo:

Em relação, a implementação da política de Educação do Campo no município de Abaetetuba, as entrevistadas relataram que, a coordenação de educação do campo da SEMEC está respaldada nas resoluções que instituem a educação do campo como

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



políticas públicas. E que as dificuldades que este órgão encontra no cumprimento das normativas estipuladas no decreto 7. 352 de 4 de novembro de 2010, está relacionada a questão financeira, sendo que os decretos são sancionados, mais não há nenhum recurso financeiro para a implementação dessas políticas públicas na educação do campo.

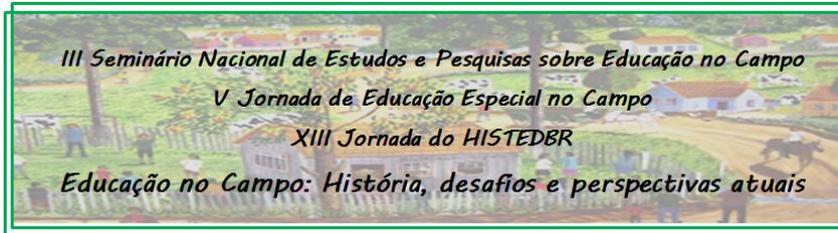
Já relacionado à formação continuada de professores dá-se através das parcerias entre a secretaria municipal de educação (por meio da coordenação de educação do campo instituída no município em dois mil e dez pela própria), e o governo federal com os movimentos sócias e fóruns, como: o FORECAT, o FIPEC que é o órgão estadual, responsável pelas ações voltada pra formação continuada , a especialização em educação do campo, o aperfeiçoamento em EJA e agora recentemente o EJA/PRONATEC, também outra discussão que está sendo travada junto aos sindicatos, a coordenação do campo é o PROFUNCIÁRIO.

O PROFUNCIÁRIO é um programa do governo federal via PRONATEC, que oferecem cursos que estão vindo pelo FIC, e não, pelo próprio PRONATEC, que é exatamente para atender o funcionalismo público, envolvendo todos os profissionais de educação e não somente o docente, firmando assim, essas parcerias junto com o IFPA e também com a UFPA campus de Abaetetuba.

As iniciativas da coordenação de educação do campo em prol da redução dos indicadores de analfabetismo no campo são as seguintes:

Em termo de SEMEC principalmente, tem sido feito um investimento muito forte do PROAF que é o programa de alfabetização, o Brasil alfabetizado, e a EJA que também faz esse investimento junto e diretamente com o município da SEMEC, e em termos de Educação do Campo, temos o projeto PROJovem CAMPO SABERES DA TERRA tendo a versão de 2011, atuando em 2011 e 2012 e 2103 finalizando o ano passado em junho com a certificação.

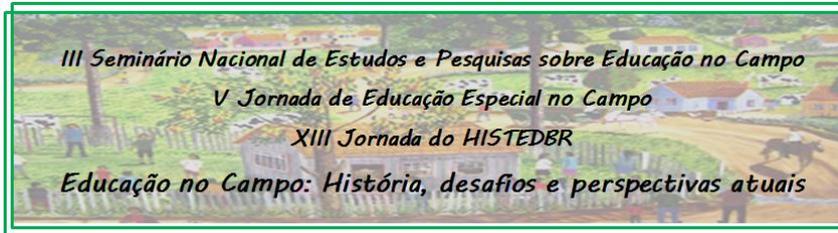
No entanto, são esses os programas que segundo os entrevistados fortalecem para a redução do índice do analfabetismo no município, tendo em vista, que o programa não atende apenas os jovens de 18 a 29 anos, mais sim uma demanda maior, ou seja, pessoas de qualquer idade a partir de dezoito anos, que esteja precisando escrever, isto é, se alfabetizar e profissionalizar em qualquer que seja instituição de ensino.



Os programas que existem em relação a alfabetização no campo, ainda é um caos, que afeta grande parte da população camponesa, sendo que a coordenação de educação do campo, oferece os projetos, porém ainda não é próprio da secretaria, mais sim, via governo estadual e federal, sendo desenvolvido e implementado os programas e projetos de água potável, energia elétrica, informática nas escolas do campo, os projeto de eletrificação e a internet no campo, vale ressaltar que ainda é um “sonho”, sendo que a maioria das comunidades encontram-se em longa distância da sede municipal, com o difícil acesso à esses serviços. Já em relação a água potável torna-se inviável a construção de poços artesianos devido muitas comunidades serem áreas de várzeas. No entanto é de suma importância as parcerias com os movimentos sociais, as universidades e os institutos, para que se tenha um maior conhecimento dos saberes tradicionais e científicos.

Sendo que as iniciativas que este órgão promove para que ocorra nas escolas do campo a correlação entre os saberes tradicionais e científicos, a merenda escolar não tem dificuldade, pois, há uma verba para a merenda escolar das escola do campo, e também tem uma coordenação na SEMEC que se preocupa em agilizar para que as escolas não fiquem sem a merenda, a partir daí, só depende da gestão escolar. Porém ainda, uma das dificuldades que ainda se encontra é que a merenda escolar não é totalmente regionalizada devido as associações ou cooperativas não terem documentação legal para fornecer toda a demanda exigida pela secretaria e a maior dificuldade que encontramos, é em relação a gestão da secretaria que não utiliza os 50% da merenda escolar regionalizada, não acessando o PINAI.

O programa que atende ao artigo 8º do Decreto está sendo implementado nas escolas do município, onde as verbas que são direcionadas a escolas, são, via PDDE interativo, sendo que hoje o MEC tem uma ferramenta importante além de dar autonomia pra escola que abre o link lá do SIMEC, a escola entra com o PDDE interativo, fazendo um cadastro conforme a necessidade que o MEC oferece. A verba vem diretamente para a escola, ou seja, diretamente na conta do conselho escolar, já não passa pela coordenação da SEMEC e nem pela coordenação do campo, o próprio conselho escolar juntamente com o gestor fazem o gerenciamento dessa verba, inclusive em materiais didáticos, tanto de consumo como permanente, na formação continuada



dos professores, dando assim um afastamento da própria SEMEC em fazer esse controle, porque a própria escola tem autonomia de gerenciar-se. Nesse caso, se a escola necessitar de orientações o gestor procura oficialmente em busca diretamente dessas orientações na SEMEC, se for o caso.

Portanto, a escola tem total autonomia de auto gerenciar o PDDE de sua escola, tendo em vista que o gestor(a), em parceria com o conselho escolar são os responsáveis em fazer essa articulação e movimentação dessa verba.

b) Quanto ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), tem se desenvolvido nos assentamentos, só através das construções de casas na questão relacionadas a educação apenas se tem apenas conversas para tentar retomar o curso Pedagogia das Águas via PRONERA e outras discursões a respeito de outros projetos que são desenvolvido na educação básica, que não é acessado pelo município.

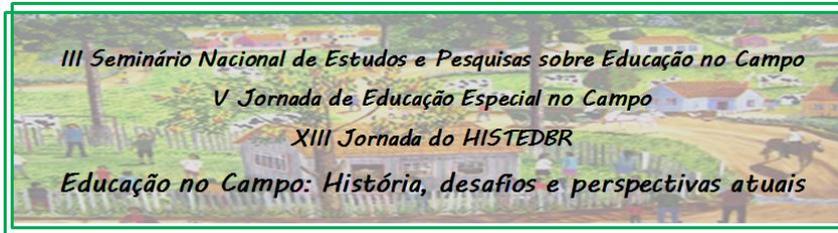
Considerações Finais

Diante de que foi exposto pelos membros da secretaria municipal de educação, na coordenação de educação do campo, no município de Abaetetuba, percebemos que esta educação ainda é muito fragilizada, e que a SEMEC, apesar de ter um setor de educação do campo responsável pela maior parte da educação do e no campo, dando poucos avanços na efetivação das políticas públicas, embora pouco visualizada pela sociedade camponesa do município.

A educação do campo no município tem que ter uma melhor organização, precisando haver uma visão ampla com em parcerias com os movimentos sócias, pautando a educação do campo como prioridade para o município uma vez que, estamos tratando de um município totalmente rural.

Também podemos observar, que, a coordenação de educação do campo apesar de ter sido implementada, não tem total autonomia para tomada de decisões, referente a educação, porém, encontra-se centralizada nas decisões do secretário de educação.

Portanto, isso torna-se uma grande dificuldade tanto para a coordenação do campo, quanto para as escolas, que são os maiores sujeitos afetados nesse processo.



Importância da Educação do Campo para o órgão/município, é fundamental pois através da coordenação do campo podemos propiciar aos nossos educandos uma educação diferenciada bastante dinâmica para nosso povo do campo. Ajudando a construir uma sociedade mais justa capaz de intervir na mazelas sociais de nossa sociedade.

Referências

Portaria Nº 86, de 01 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº 7.352, de 04 de Novembro de 2010.

Resolução CNE/ CEB 1, de 03 de Abril de 2002.

Resolução Nº 2 de 28 de Abril de 2008.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**